



Uso de medicamentos por pessoas em situação de rua

Jornal da Universidade / 18 de julho de 2024 / Artigo

Artigo | Júlia Wink, Sílvia Spalding e Tatiane Dal Pizzol, da Farmácia, apresentam pesquisa realizada na Escola Porto Alegre e defendem a educação sobre saúde e medicamentos de forma participativa e acessível

*Ilustração: Fabio Alejandro Viera/Programa de Extensão Histórias e Práticas Artísticas, DAV-IA/UFRGS

A saúde é um direito de todos, reza a Constituição Brasileira. E saúde pode ser alcançada com acesso e uso adequado de medicamentos para prevenir, controlar ou curar problemas de saúde. Com essas premissas em mente, foi realizado um levantamento, junto aos estudantes vinculados à Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre (EPA), em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, a fim de conhecer os problemas de saúde mais frequentes nessa população e a sua relação com medicamentos.

O Decreto n.º 7.053 de 2009 define a população em situação de rua como um grupo heterogêneo caracterizado pela extrema pobreza, laços familiares interrompidos ou frágeis e falta de moradia convencional. Essas pessoas utilizam espaços públicos e áreas degradadas como habitação e sustento, de forma temporária ou permanente, além de recorrer a abrigos temporários ou provisórios.

A EPA foi criada em 1995 como um serviço especializado da Secretaria Municipal de Educação (Smed), na modalidade Educação de Jovens e Adultos, para o atendimento das pessoas em situação de rua (PSR), prioritariamente, e em vulnerabilidade pessoal e social. Com mais de 100 alunos matriculados, foi a primeira e é uma das duas instituições do país de que se tem registro que atendem essa população. É um espaço de acolhimento, socialização e construção de conhecimentos, com o objetivo de permitir a emancipação pessoal e social dessa população através da garantia da escolarização e do oferecimento de oficinas profissionalizantes no contraturno.

A EPA conta com um Serviço de Acolhimento, Integração e Acompanhamento (SAIA) que tem como compromisso o acolhimento, o acompanhamento e a investigação da realidade individual e social dos estudantes. O SAIA auxilia seus alunos a acessarem os serviços de saúde através da guarda de cópias de documentos e medicamentos dos estudantes, que também podem utilizar o endereço da escola para o cadastro nos serviços. Além disso, esse serviço marca consultas e lembra o aluno das mesmas.

De abril a agosto de 2023, foram realizadas visitas à EPA, com apresentação da pesquisa, leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e aplicação do questionário aos que concordaram em participar. As entrevistas ocorreram de forma anônima, em sala que permitia privacidade. Foram coletados dados sobre características sociodemográficas dos indivíduos (gênero, orientação sexual, idade, escolaridade e moradia), características de saúde (problemas de saúde, tratamento para os problemas de saúde, uso de medicamentos contínuos e automedicação). Dentro desses temas também havia questões sobre fontes de informação nos campos da saúde e do conhecimento no sentido dos benefícios e riscos dos medicamentos que utilizam.

Foram entrevistados 49 estudantes, em sua maior parte homens (79,6%), heterossexuais (75,5%), entre 24 e 40 anos (59,2%), com escolaridade de 5.ª a 8.ª série (61,2%), moradores de instalação/acampamento em lugares públicos (49%). Cerca de metade dos participantes (49%) referiu ter algum problema de saúde mental; entre os problemas, os mais frequentes foram ansiedade (41,7%) e depressão (36,1%). A presença de infecções sexualmente transmitidas foi relatada por dois de cada 10 participantes, predominando o HIV (70%). Entre outras doenças crônicas relacionadas, a diabetes foi a mais frequente (37,5%), seguida de hipertensão (31,3%).

Metade dos entrevistados relatou usar medicamentos de forma contínua, predominantemente para depressão (22,9%) e ansiedade (11,4%). Questionados sobre a prática de automedicação, quase 40% afirmaram ter se automedicado nos 15 dias anteriores à entrevista. Destes, 13 (68,4%) receberam indicação para uso e 47,4% possuíam informações sobre o medicamento utilizado. A dor foi o motivo mais mencionado para o uso de medicamentos por automedicação (24,5%), e o paracetamol o medicamento mais utilizado (19,2%).

Um dos achados mais relevantes desta pesquisa foi a alta frequência de transtornos mentais relatados pelos estudantes (49%), corroborando achados de estudos prévios.

A dor foi referida por 24,5% da amostra, sendo o principal motivo para a automedicação. Segundo o Cadastro e Mundo da População Adulta em Situação de Rua de Porto Alegre, 6,6% se automedicam quando ficam doentes e 25% usam medicamentos para dor. Em um estudo dedicado a esse sintoma nessa mesma população, 82,6% dos participantes relataram dor durante a entrevista, sendo a dor musculoesquelética a mais comum (73,8%). Um maior uso de analgésicos/antitérmicos pode ser visto no nosso estudo, com o paracetamol como o mais utilizado (19,2%).

Usuários contínuos que em algum momento tiveram contato com profissional de saúde recebem mais informação sobre seus medicamentos. Nosso estudo mostra que enquanto 73,9% dos indivíduos que tiveram contato com profissional de saúde possuem informações, no uso por conta própria a maioria (52,6%) não possui informações sobre o(s) medicamento(s) utilizado(s), que vão desde medicamentos isentos de prescrição (MIPS) aos com tarja vermelha, que exigem retenção de receita para sua dispensação.

É importante mencionar que doenças diferentes podem apresentar sintomas similares ou iguais. Dessa forma, a automedicação tem chances de agravar uma doença e/ou mascarar alguma condição mais grave. 52,6% dos indivíduos que se automedicam, portanto, não possuem conhecimento sobre os cuidados que precisam ter ao utilizar esses medicamentos, como interações, efeitos adversos e dose máxima recomendada, já que não houve a prescrição e possivelmente um contato com um profissional de saúde. Assim, podem causar mais prejuízos à sua saúde do que benefícios, sendo a intoxicação medicamentosa uma consequência preocupante.

Este estudo destaca a fragilidade da população em situação de rua, que enfrenta violações de direitos básicos e frequentemente não recebe assistência adequada para suas condições de saúde. A saúde é crucial para eles, pois afeta sua capacidade de sobrevivência e enfrentamento das dificuldades nas ruas. Muitos recorrem à automedicação, inclusive com medicamentos perigosos, devido à falta de acesso a cuidados adequados e ao alto índice de transtornos mentais. Para abordar essa questão, é essencial que o governo garanta condições de vida dignas, educação sobre saúde e medicamentos de forma participativa e acessível e promova estudos direcionados a essa população para embasar políticas públicas e ações que melhorem sua qualidade de vida.

Júlia Renner Wink é formanda em Farmácia pela UFRGS.

Sílvia Maria Spalding é professora do Departamento de Análises da Faculdade de Farmácia da UFRGS.

Tatiane da Silva Dal Pizzol é professora do Departamento de Produção e Controle de Medicamentos da Faculdade de Farmácia da UFRGS.

“As manifestações expressas neste veículo não representam obrigatoriamente o posicionamento da UFRGS como um todo.”

:: Posts relacionados



Microcontaminantes orgânicos na água de abastecimento em meio à atual catástrofe climática



Cuidar e reinventar vidas e abrigos às margens



Catástrofe climática prejudica a distribuição de medicamentos pelo SUS no Rio Grande do Sul

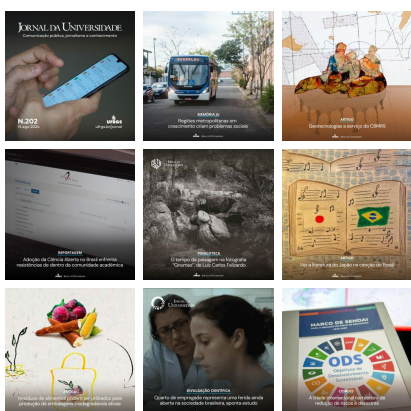


Doenças raras e a catástrofe ambiental no RS

INSTAGRAM

Jornal da Universidade UFRGS
@jornaluniversidadeufrgs

Follow



View on Instagram

REALIZAÇÃO

JORNAL DA UNIVERSIDADE

UFRGS
SECOM

UFRGS

CONTATO

Jornal da Universidade
Secretaria de Comunicação Social/UFRGS

Av. Paulo Gama, 110 | Reitoria – 8.andar | Câmpus Centro |
Bairro Farrroupilha | Porto Alegre | Rio Grande do Sul | CEP:
90040-060

(51) 3308.3368

jornal@ufrgs.br